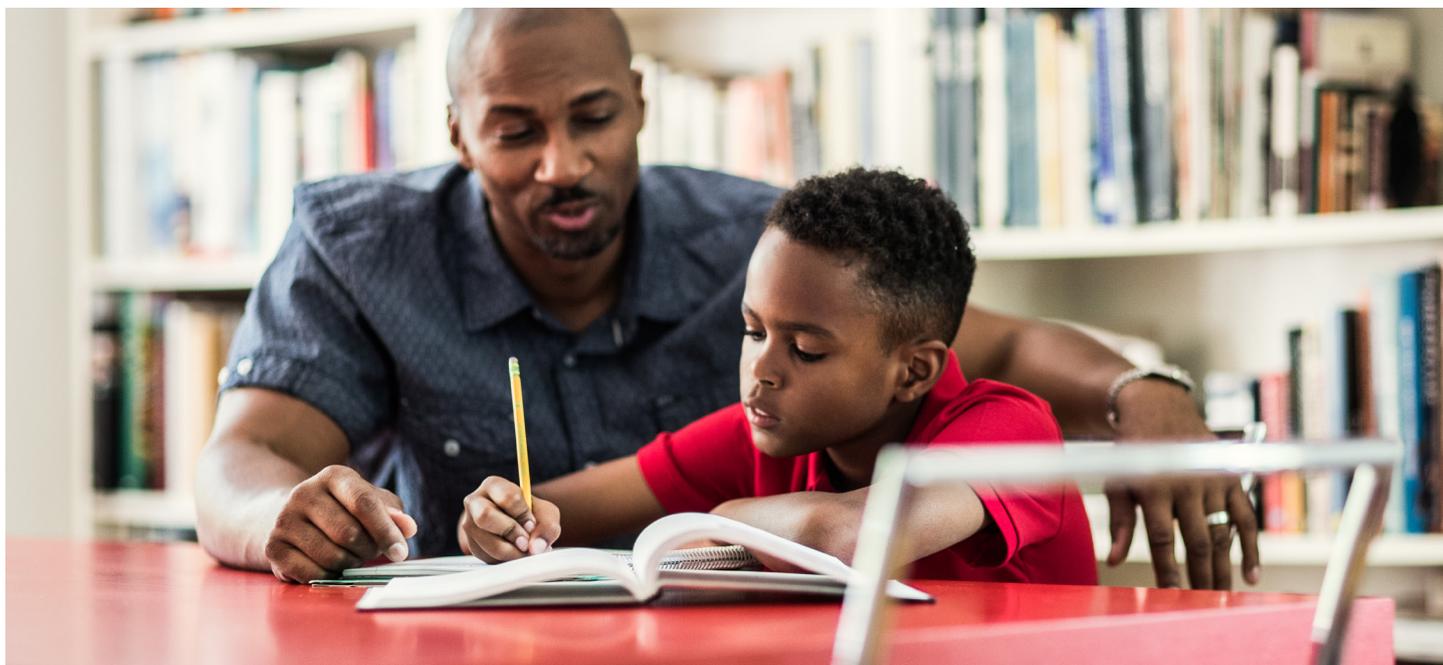


CMDCA INFORMA

Nosso endereço:
Rua: Afonso Cavalcanti, n. 455,
sala 663, Cidade Nova- RJ
www.cmdcario.com.br
e-mail: cmdcario@gmail.com

Paternidade com responsabilidade



O significado da paternidade vem mudando ao longo dos anos. Se décadas atrás seu papel se limitava a figura do provedor financeiro, hoje o que se espera de um pai é o compartilhamento de afeto, atenção e cuidado. O apoio é aguardado não só em relação ao filho, mas também no que se refere à mãe da criança. Mas, como se sabe, essa não é a realidade para um grande número de famílias. No Brasil, 5,5 milhões de pessoas não possuem o nome do pai na certidão de nascimento. E 11,6 milhões de famílias são formadas apenas

por mães solo, ou seja, mães que criam seus filhos sozinhas. Em dez anos, o número de mães solo no Brasil saltou de 10,5 milhões para 11,6 milhões, de 2005 a 2015. Os dados são do Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2017, esse número já atingiu 20 milhões de mulheres, segundo Data Popular.

O artigo 227 da Constituição Federal, bem como o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), atribui aos pais e responsáveis o dever geral de cuidado, criação

e convivência familiar de seus filhos, bem como de preservá-los de negligências, discriminação, violência, entre outros.

Não há como obrigar um pai a amar um filho, mas a legislação lhe assegura um direito de ser cuidado. Os responsáveis que negligenciam ou são omissos quanto ao dever geral de cuidado podem responder judicialmente por terem causado danos morais a seus próprios filhos.

Ainda há muito o que se melhorar, mas é inegável que houve avanços.

Hoje é muito mais comum encontrar homens envolvidos com os cuidados com os filhos, desejosos de participar de forma ativa do crescimento dos herdeiros.

Na edição deste mês, trouxemos o artigo do educador Sirley Vieira para aprofundar o tema sobre

paternidade. Além disso, vamos discutir a exploração sexual de crianças e adolescentes através de uma entrevista com a Eva Dengler, gerente da Childhood Brasil. Apresentamos também o depoimento de um jovem que relata sua experiência como pai e trazemos as últimas notícias do

CMDCA-Rio, das Comissões e dos Grupos de Trabalho.

Desejamos a todos uma boa leitura!



ARTIGO 1



Por **Sirley Vieira**, doutorando em antropologia pela UFPE; pai de uma adolescente de 16 anos e de um menino de 6 anos (autista); educador e consultor independente no campo de gênero, masculinidades, paternidades, juventude, migração e violência baseada em gênero; foi coordenador da organização Instituto Papai.

A ADJETIVAÇÃO DA PATERNIDADE



Paternidade responsável, paternidade equitativa, paternidade presente, entre outras denominações são algumas das adjetivações que se faz quando se fala numa perspectiva legal sobre o pai. A minha questão aqui é pensar um pouco sobre essa necessidade de adjetivar a paternidade, uma vez que, ao falar sobre maternidade não fazemos o mesmo. Não deveríamos ter a necessidade dessa adjetivação da paternidade, mas compreendo que se tem um motivo para isso ainda acontecer. É sobre esse motivo que quero dialogar.

Durante muito tempo, na nossa

sociedade machista e patriarcal, a ideia de paternidade foi apenas assemelhada a figura do homem provedor financeiro do lar. O pai, que estava nesse lugar, ainda recebia a epígrafe de “chefe da família”. Felizmente o mundo mudou e a sociedade hoje, sente a necessidade de refletir a ideia de paternidade para além desse lugar, pensando assim as relações de cuidado, onde ser pai parece não caber mais ao modelo dito tradicional. Esse modelo há muito tempo passou a ser questionado, pois historicamente revelou prejuízos de como se entendia as relações familiares, ou melhor, as relações

sociais como um todo, criando outras ideias sobre pai, como pai presente, pai amoroso, pai afetuoso e que deve compartilhar os cuidados das crianças e da casa como um todo.

Acredita-se que todos ganharam com essas mudanças, pelo menos essa é a ideia que muitos passaram a se afinar. Mas essas mudanças só foram possíveis por conta do movimento feminista. Não vou aqui me aprofundar sobre as grandes contribuições que o feminismo impulsionou a esse debate, mas acho necessário lembrar que entre os focos e pautas que as



feministas levantaram, a abordagem sobre patriarcado, machismo, heteronormatividade e como isso reforçava papéis estereotipados para mulheres e homens em nossa sociedade – delegando poderes e privilégios para esses últimos e submetendo as mulheres a um lugar de serventia e subordinação, evidenciaram os prejuízos que esse modelo causava para sociedade como um todo e em especial para as mulheres. Daí o feminismo mobilizou lutas que levaram a mudanças importantes sobre a compreensão das relações sociais entre homens e mulheres.

É dessas lutas que nasceu a necessidade de promover relações mais equitativas e foi um dos pontos focais que impulsionou a mudanças na forma de pensar as relações de paternidade pela via do cuidado, promovendo um novo modelo (ou novos modelos) de paternidade. No modelo tradicional, a mãe era cobrada por tudo que se relacionasse aos cuidados com as crianças, além dos cuidados com o lar. Aos homens só havia o questionamento e cobrança se esses não mantivessem a família financeiramente, sendo essa a ideia de cuidado atribuída para o pai (homem). Foi o feminismo que questionou essa premissa e aos poucos ampliou o debate sobre cuidado e responsabilidade numa perspectiva equitativa.

Acredito que hoje ninguém duvide que ser pai é muito mais que garantir recursos financeiros para o lar. Na década de um mil novecentos e oitenta havia um comercial de uma

pomada famosa, que dizia: “Não basta ser pai, tem que participar!” Nessa época não era comum que uma peça publicitária abordasse questões afetivas e não usuais sobre paternidade. Nessa peça publicitária se ver a adjetivação da paternidade na ideia de participar, ou seja: “Não basta ser pai, tem que ser um ‘pai participativo’”. Quatro décadas depois é mais comum ideias como essa serem exploradas em peças publicitárias. Isso é uma prova de que a ideia de paternidade mudou nesse período.

Por isso, acredito que muitas pessoas nos dias de hoje já são simpáticas a ideia do pai participativo, pois não basta ser pai, tem que ser carinhoso, tem que dividir as tarefas de cuidado com a parceira ou com a mãe da criança, tem que ser presente, tem que exercer uma paternidade positiva! A ideia de positivar a paternidade parece ser uma necessidade, mas a questão é por quê? É nesse ponto que quero chegar. Esqueçamos um pouco a paternidade e voltemos nossa atenção a maternidade. Normalmente ao pensar sobre a maternidade não a adjetivamos. Assim, maternidade é simplesmente maternidade. Não é “maternidade presente”, “maternidade participativa”, “maternidade equitativa”, ou por aí vai... A ideia de maternidade já foi construída anexa a ideias positivas, não há a necessidade de adjetivos para ela ser entendida de maneira legal.

Arrisco dizer que, se perguntarmos a alguém o que é maternidade, vamos escutar ideias sobre afeto, cuidado, amor, dedicação, entre

outras possibilidades benéficas em relacionadas as relações sociais. À ideia sobre maternidade até se ampliou, mas não sofreu mudanças em relação ao seu significado pela necessidade de distanciá-la ao que significava ser mãe. Diferente da ideia do que significava ser pai. Mas é necessário naturalizar a ideia da paternidade pela mesma perspectiva. Simplesmente paternidade, sem a necessidade de atribuir adjetivos. Esse caminho só é possível pela revolução dos afetos, ou da compreensão sobre cuidado.

No que diz respeito as ideias sociais que a paternidade hoje impulsiona, acredito firmemente que ela é bem diferente de tempos atrás. No entanto, pensando no cenário político e social que vivenciamos no Brasil, apesar de reconhecer que avançamos, refletindo sobre os modelos de masculinidades e a representação de pai e homem que muitos idolatram e até chamam de mito, fico triste e reconheço que precisamos avançar, indo para além do que é apenas a valorização da ideia paternidade. Precisamos transformar ideias em prática social, transformando leis e naturalizando o cuidado como responsabilidade de todas as pessoas.

Apesar de tudo sou um adepto da esperança e acredito que um dia não precisaremos mais, ao falar sobre paternidade, assim como maternidade, adjetiva-los, pois, os dois poderão até ser entendidos como sinônimos.

ENTREVISTA



Com **Eva Cristina Dengler**, Gerente de Programas e Relações Empresariais da Childhood Brasil. Bacharel em Comunicação Social com especialização em Relações Públicas. Atua há 17 anos no desenvolvimento de programas e projetos intersetoriais de promoção dos direitos da criança e do adolescente com foco na prevenção e no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes incidindo tanto em políticas públicas e como privadas.

1 – Como é possível mobilizar a sociedade civil de forma mais efetiva para a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes?

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma violência grave e endêmica na nossa sociedade. Muita gente olha e não enxerga mais a violência através do ato. Estamos anestesiados.

O Programa Na Mão Certa

Completa 15 anos de atividades nesse ano e para comemorar a data lançamos uma campanha com três pilares que compõem a jornada da prevenção e do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes: "ENTENDA" – porque é preciso que as pessoas compreendam o problema e saibam identificá-lo; MOBILIZE – porque depois de entender, é dever de todos nós não tratar a questão como tabu, é nosso papel fazer com que mais pessoas entendam esse problema; e, por fim, DENUNCIE qualquer situação de risco, suspeita ou violência contra crianças e adolescentes.

Acreditamos que esses pilares

constituem um caminho para a construção de ações que podem gerar um impacto positivo de mobilização da sociedade pelo enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

2 – Que estratégias os Conselhos de Direitos podem adotar para engajar empresas para atuar em ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios?

Os conselhos de direito podem criar um canal de diálogo com as empresas presentes nos municípios. É fundamental criar pontes entre as questões sociais que impactam crianças e adolescentes e às empresas que atuam na região.

O primeiro passo é mapear quais são as empresas presentes na região e identificar quais tem operações que impactam ou afetam crianças e adolescentes diretamente.

Faça um levantamento do cenário da infância e adolescência na região identificando quais são as principais demandas. Agende reunião com os responsáveis pelas áreas de sustentabilidade,

responsabilidade social ou comunicação. Enfatize que cuidar e proteger crianças e adolescentes é um dever de todos e que empresas socialmente responsáveis não podem admitir que nenhuma criança ou adolescente podem ser violentados como impacto da sua operação.

Por fim, apresente para empresas algumas formas de apoio ou participação.

3 – Com a pandemia e os adventos dos meios de comunicação, em especial a internet e as mídias sociais, quais novos desafios podemos identificar na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes?

Temos vivido uma transformação radical nos últimos 30 anos com o advento das tecnologias da informação e comunicação e a forma como nos relacionamos com ela. O tempo que passamos conectado tem aumentado ano a ano. A pandemia do coronavírus contribuiu para que esse aumento fosse significativo. Com crianças e adolescentes cada vez mais presentes e cada vez por



ENTREVISTA

mais tempo em telas é preciso redobrar os cuidados.

Ficamos com a sensação de que a tecnologia está evoluindo mais rápido do que nossa capacidade de entender e responder aos riscos que a navegação livre pode impor as nossas crianças e adolescentes.

Filtros e mecanismos de controle parental ajudam, mas não resolvem. Diálogo e mediação parental continuam sendo nossos recursos mais valiosos.

As redes sociais são fascinantes e tem mecanismos desenvolvidos

para que fiquemos cada vez mais tempo buscando um like ou uma novidade. Infelizmente não há controle sobre o conteúdo postado – e menos ainda se está adequado a faixa etária do nosso filho.

Pessoas mal intencionadas usam as redes sociais, games e outras ferramentas para conectar e aliciar pessoas. Fingem ser quem não são, abordam assuntos de interesse da vítima dispostos nas próprias redes sociais e fazendo com que crianças e adolescentes sejam alvos fáceis. Essas estratégias de aliciamento, também chamada grooming,

tem favorecido a produção e distribuição de material com conteúdo pornográfico envolvendo crianças e adolescentes.

As mesmas regras para mundo offline valem para a navegação online – não fale com estranhos, não compartilhe informações pessoais, seja respeitoso e não aceite nada de quem não conhece. Precisamos entender que a internet é o mundo real e através do celular os riscos da rua estão hoje dentro das nossas casas.





SUA VOZ, NOSSA FORÇA

Pedimos para que um jovem que viveu a experiência da paternidade na adolescência compartilhe como foi a sua vivência.

Abaixo suas reflexões:

C.S.C., 25 anos, morador de Itaboraí.

“Minha primeira filha nasceu quando eu tinha 18 anos e a segunda quando eu tinha 19. Elas moram em Maricá com a mãe. No começo foi muito assustador me tornar pai, pois eu não imaginava o tamanho da responsabilidade que estava por vir. É um amor muito grande. Minha relação com as duas é ótima. Pego elas sempre que posso. Vou visitá-las e as trago para a minha casa. Sempre quero fazer todas as vontades delas. Sei das minhas responsabilidades e pago a pensão das duas todos os meses certinho. A relação com a mãe delas é respeitável. Falo somente o necessário sobre as minhas filhas. Sinto que com a chegada das meninas fui criando mais responsabilidade. Fui obrigado a virar um homem responsável para não deixar faltar nada para elas e isso me fez bem, pois graças à chegada delas me tornei um homem de verdade. Para o meu futuro eu espero me formar e dar a elas o que nunca pude ter. Tive pouca oportunidade de estudo, Atualmente, estou cursando o EJA e pretendo terminar o Ensino Fundamental. Durante o dia eu trabalho como feirante, que é como tiro o meu sustento. Para o futuro das minhas filhas eu espero que elas cresçam, se formem, tenham suas famílias e me deem muito orgulho. Espero que elas sejam apenas orgulho para mim”.



COM A PALAVRA:

- **COMISSÃO DE GARANTIA DE DIREITOS** - a Comissão continua fazendo a leitura e análise dos processos de regularidade anual e trabalhando na atualização do questionário da visita técnica. Ficou pactuado que o questionário seria dividido em duas partes: uma para com a questão do AZEMA e o outro para acolhimento. O relatório de visita ao Ninho do Urubu, do Clube Flamengo, para avaliar o tratamento dado às crianças e aos adolescentes está em fase de construção.
 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** - está prevista para o início de novembro uma reunião com os coordenadores de cada GT para alinhar as ações. Sobre o GT de 1º Infância, houve uma reunião em 07 de outubro em que foi feita a inclusão de novos membros e decidiu-se pelo estudo do Guia pela Elaboração do Plano Municipal elaborado pelo CECIP, que se encontra público no site deles. Serão realizados novos encontros inicialmente quinzenais. Já o Grupo de Apadrinhamento será iniciado em novembro.
 - **COMISSÃO DE ORÇAMENTO** - a criação do DARM para diferenciar as doações judiciais está sob análise dos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social. Na próxima assembleia, está sendo preparada pela Comissão de Orçamento os demonstrativos de despesas do Fundo. Foi publicada a deliberação sobre a resolução que trata do fracionamento do orçamento de custos e da distribuição do Fundo para a Sociedade Civil e para a Governamental. Estas deliberações vão estar sendo votadas em assembleia. O pregão das tochas está em andamento. Em relação ao Prosas, que é um sistema de gerenciamento de chamamento público, já foi apresentada à Mesa Diretora e está sendo apreciado pelos conselheiros sobre a sua viabilidade.
 - **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO** - será feita uma parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro para divulgação da campanha do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA) em relógios em diferentes pontos da cidade. Em parceria com o Grupo de Trabalho para Revisão do Plano Municipal de Enfrentamento às Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes, a Comissão de Comunicação organizou um evento no dia 25 de outubro de 2021, que teve como tema “A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: os Caminhos para a Prevenção e o Enfrentamento”. O evento contou com uma palestra da gerente de Programas e Relações Empresariais da Childhood Brasil, Eva Cristina Dengler. A transmissão foi feita pelo Facebook do CMDCA-Rio.
-



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

• **Visita ao DEGASE**

A presidente do CMDCA-Rio, Érica Arruda, participou no dia 05 de outubro de uma reunião no Campus Cecel do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) para tratar de ações para políticas públicas voltadas aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativas de meio aberto e futuras parcerias. Participaram também do encontro Quesia Betania, coordenadora Municipal de Políticas Antidrogas da Secretaria Municipal de Assistência Social, a equipe da CECEL, além das professoras Bianca Veloso.



• **República para jovens**

Foi inaugurada em dia 14 de outubro, em Bangu, a república Junior Heleno Barros de Antão, a primeira exclusiva para rapazes de 18 a 21 anos. O local é destinado a jovens que não retornaram à família de origem nem conseguiram ser integrados a um novo lar ao completarem 18 anos, além de não terem um sustento próprio. Na república, o jovem será capacitado para fazer escolhas e vai receber formação profissional e encaminhamento para programas de estágio.





DOAÇÃO AO FUNDO

Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA) beneficia, através de doações dedutíveis do imposto de renda, programas e projetos de atenção a crianças e adolescentes do município do Rio de Janeiro, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

**VOCÊ TAMBÉM
PODE AJUDAR
FAZENDO A SUA
DOAÇÃO!**

Banco do Brasil

Agência: **2234-9**

Conta Corrente: **8.850-1**

CNPJ: **14.414.144/0001-07**

Informações: www.cmdcario.com.br

E-mail: cmdcario@gmail.com

EXPEDIENTE

Informativo digital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jornalista responsável:

Iranilce Martins – Nana – Savannah Comunicação Corporativa.

Textos:

Gretha Schwerz – Savannah Comunicação Corporativa.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Savannah Comunicação Corporativa.

Fotos:

Arquivo pessoal.

ACOMPANHE TAMBÉM PELAS REDES SOCIAIS



@cmdcario



/cmdcario